

PRÁTICAS POLÍTICAS E ACONTECIMENTO

Andres Granese¹
Adriana Molas²
Javier Rey³

RESUMO

O presente trabalho busca localizar a conexão entre as políticas sociais de esquerda na América Latina, especialmente no Uruguai dos últimos 10 anos, e a tarefa específica dos técnicos que tem que colocar tais políticas em prática no território, trabalhando autores como Deleuze, Guattari, Foucault y Lazzarato. Inicialmente demonstra-se como os governos de esquerda, mesmo incentivando políticas sociais, não abandonaram a lógica governamental neoliberal, no sentido foucaultiano, dos governos anteriores. Em seguida sustenta-se que a prática do operador territorial da política social é uma prática concreta que vai além daquela política e à qual a fissura ou a linha de fuga é inerente. Na terceira parte do trabalho afirma-se o acontecimento como a possibilidade real de produzir modos novos de vida a partir dessa prática.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Públicas; Acontecimento; Governamentalidade; Uruguai.*

¹ Mestrando em Psicologia Social pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai. Graduado em Psicologia pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai.

² Mestre em Direitos da Infância e Políticas Públicas, pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Facultad de Psicología de la Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai.

³ Mestre em Psicologia Social pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai. Graduado em Psicologia pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai.

POLITICAL PRACTICE AND EVENT

RESUMEN

El presente trabajo procura hallar la conexión existente entre las políticas sociales de izquierda en Latinoamérica, en especial en Uruguay, de los últimos 10 años y la tarea específica de los técnicos que deben poner en práctica estas políticas en el territorio, trabajando con autores como Deleuze, Guattari, Foucault y Lazzarato. En un primer momento se muestra cómo los gobiernos de izquierda, a pesar de haber incentivado nuevas políticas sociales, no han abandonado la lógica gubernamental neoliberal, al decir de Foucault, de los gobiernos anteriores. En un segundo momento se afirma la práctica del operador territorial de la política social, como una práctica concreta, que va más allá de esta política y a la cual le es inherente la fisura o la línea de fuga. En la tercera parte de este trabajo, se afirma el acontecimiento como la posibilidad real de producir nuevos modos de vida desde la misma práctica.

PALABRAS: *Políticas Públicas; Acontecimiento; Governamentalidade; Uruguai.*

A questão que retorna aqui de maneira obsessiva consiste em saber porque as imensas potencialidades processuais trazidas por todas as revoluções, informática, telemática, robótica, burocrática, biotecnológica... apenas desembocaram até hoje em um reforço dos sistemas de alienação anteriores, em uma mediatização de massa opressiva, em políticas consensuais infantilizantes.
(Felix Guatarri, 1989)

Logo após um período de profunda crise econômica e social em nosso país, onde o desemprego e a pobreza alcançaram níveis históricos, no ano de 2005 se instala no governo pela primeira vez um partido que recolhe uma multiplicidade de facções da esquerda uruguaia, desde tendências moderadas até as radicais: a Frente Ampla.

Desejando abordar as brechas distributivas geradas pelos governos liberais anteriores, cria um novo organismo executivo, o Ministério do Desenvolvimento Social, encarregado de delinear e executar Políticas Sociais e, ao mesmo tempo, realizar uma reforma tributária a fim de repartir de modo mais equitativo a riqueza do país e sustentar os incipientes projetos que tentariam reverter tal situação.

Nesse marco surgem diversos programas implementados por suas equipes e por equipes conveniadas com organizações da sociedade civil. O desenho e implementação dessas políticas encontra no amplo espectro da CCSS os seus recursos humanos (psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, educadores, entre outros).

Todos esses projetos enfocavam o que se denomina “população vulnerável” a partir de uma formulação de “universalidade” e é aplicada de modo territorial, através da abordagem de diversas problemáticas da diagramática social: infância, adolescência, abandono escolar, toxicomanias, pobreza extrema, situação de rua, desnutrição infantil, violência intrafamiliar e um amplo *et cetera*.

No entanto, como demonstra a dissertação de mestrado “La bajada de la política; derechos humanos de adolescentes victimas de violencia” (Molas, 2012), entre a planificação e a implementação [N.do T.: “la bajada”] desses projetos, se abre uma distância difícil de conciliar pelas equipes técnicas que abordam essas problemáticas. Uma das características fundamentais neste processo é a retórica dos Direitos Humanos, onde o outro é sujeito de direitos ao mesmo tempo que sujeito de controle e intervenção estatal.

Partindo da referência da *Analítica da Governamentalidade*, desenvolvida por Foucault (2006, 2007), concebemos que o discurso dos Direitos aparece como uma das

formas de exercício de governo da população. A articulação do saber, do poder e a subjetivação estende uma política social que opera como um plano de gestão da política econômica.

A partir desta perspectiva governamental se diagramam os encontros entre técnicos e população nos dispositivos de intervenção. Não obstante, o encontro (DELEUZE, 2006) , sempre imanente, transborda todo planejamento e discurso, produz diferença em relação à lógica significativa (DELEUZE & GUATTARI, 2006) da intervenção estatal-disciplinar. A esta fuga, a esta novidade irruptiva, chamaremos de “acontecimento” (Deleuze). O que faz um técnico com o acontecimento imanente dos encontros? O que pode um corpo, o corpo do acontecimento?

Todo acontecimento produz uma descontinuidade, é sempre possibilidade de invenção (LAZZARATO, 2010; SIMONDON, 2013), possibilidade de uma nova forma de encontrar-se, de agenciar (DELEUZE & GUATTARI, 2006).

Ao longo do presente artigo, estenderemos o problema do acontecimento às práticas psicológicas e à análise das mesmas a partir da perspectiva da governamentalidade no marco das políticas de esquerda no Uruguai.

UMA RAZÃO GOVERNAMENTAL NO URUGUAI

O que falta no socialismo não é tanto uma teoria do Estado, mas uma razão governamental, quer dizer, uma medida razoável e calculável da extensão das modalidades e dos objetivos da ação governamental (Foucault, 2007, p. 117).

Para pensar a racionalidade política da esquerda na América Latina, partimos das linhas deixadas abertas por Michel Foucault, que em seus seminários sobre a governamentalidade e a biopolítica apresentou o socialismo como uma “colagem composta de diferentes racionalidades não-socialistas” e afirmou que este não teve sucesso em gerar uma técnica autônoma de governo e, assim, “não existe uma arte socialista de governar” (FOUCAULT, 2007, p. 117).

As racionalidades de um governo de esquerda como o daquela região estão em um plano opaco para se compreender, cujo estudo compõe uma interseção importante na temática que estamos desenvolvendo. Porém, é possível agora esboçar algumas de suas práticas e o que elas produzem.

Os governos de esquerda na América Latina iniciam seu processo de criação a partir de 1999, no que Lanzaro denominou de “terceira onda” da esquerda. Trata-se de

formas “inéditas” na América Latina, com características próprias pela sua “condição periférica” e pelo ciclo histórico em que vivem, e são comparáveis a referenciais europeus, como as democracias sociais tardias surgidas nas décadas de 1970 e 1980. A “nova esquerda” que se instala na América Latina o faz na esteira de uma “dupla transição”: a democrática (a saída das ditaduras militares) e a liberal (a “economia em vias de abertura e diante de um novo empuxo à globalização”) (LANZARO, 2010, p. 47).

O autor localiza como referências o caso do Brasil com Lula da Silva (2003-2007, 2007-2011) e Dilma Rousseff (2011-), do Uruguai com Vázquez (2005-2010) e Mujica (2010-2014) e do Chile com Lagos (2000-2006) e Bachelet (2006-2010). Esses três governos socialdemocratas se caracterizam por serem formados por partidos de esquerda institucionalizados, por terem vínculos estreitos com o movimento sindical e por seus processos de mudança política; substituindo suas “ideologias revolucionárias ou radicais por um reformismo moderado, mas efetivo, como resultado das orientações políticas e das estratégias eleitorais que adotam, atuando em democracias competitivas, na esteira de sistemas pluripartidários mais ou menos institucionalizados (LANZARO, 2010, p. 48).

No caso da esquerda uruguaia, as estratégias eleitorais aparecem como “formas híbridas, viáveis e legítimas de relacionamento político” (DANSILIO & DUARTE, 2007, p. 209) e envolvem formas de articulação entre diversos atores políticos e sociais, comunitários e partidários. Esta mediação política se realiza através da construção de referentes locais que estabelecem “formas informais e legítimas de relacionamento entre os partidos e seus votantes”, canalizando demandas da população como “resolvedores” de problemas.

O governo de esquerda gerou medidas inovadoras centradas em diferentes áreas sociais; a reforma tributária; com tendência à redistribuição das riquezas, colocou primeiro em marcha o Plano de Emergência (2005) e, em seguida, o Plano de Equidade (2007), dirigido para abordar problemáticas vinculadas à pobreza e à vulnerabilidade, e à criação do Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES), a cargo da instrumentalização do Plano de Equidade. Entretanto, Midaglia afirma que

(...) apesar das inovações e revisões impulsionadas, não parece que se está a reverter substancialmente a pauta de reforma precedente promovida pelos governos anteriores. Tende-se a se manter um padrão de provisão social de tipo misto, onde convivem serviços com orientações diferentes, gerando assim uma matriz de bem-estar e proteção relativamente híbrida (2007, p. 153).

As brechas distributivas, todavia não resolvidas, são o texto e o contexto em que se instalam políticas e estratégias de abordagem das problemáticas sociais. Embora, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a incidência da pobreza tenha diminuído desde 2005 até o presente (de 36% em 2005 a 13% em 2012), “o problema distributivo é todavia um ‘débito’ para este governo de esquerda”.

Da mesma maneira, nos países da região a “infantilização da pobreza” segue vigente, mantendo em torno de 50% da população menor de 18 anos abaixo da linha da pobreza. A maioria das políticas públicas emergentes do Plano de Equidade se dirigem a esta população e a suas famílias através de políticas sociais e políticas de cidadania. Apresentam-se como objetivos fundamentais a sua inclusão no sistema educativo, de saúde e de seguridade social.

Os profissionais e as equipes que implementam os programas sociais se encontram em uma relação de tensão em relação à tarefa e à política social que buscam implementar.

Os pertencimentos político-partidários, a formação prévia, as condições laborais se entrelaçam com os problemas emergentes das instituições referentes, herdeiras do Estado de bem-estar e dos efeitos dos governos liberais pós-ditadura (MOLAS, 2012, p. 179).

A relação com a população beneficiária aparece como um território de construção heterogênea, que alberga inquietudes e ambiguidades diversas. Esta população se circunscreve na infância e adolescência afetada pela violência, população que emerge das características gerais do país em relação à pobreza.

Mesmo assim, afirma-se que a possibilidade de ação das equipes de abordagem se vê conduzida e controlada pela Estado através dos termos de referência dos contratos, das modalidades e indicadores de avaliação de avanços e das metodologias pré-definidas em função de critérios quantificáveis. No caso das organizações não-governamentais, incide também a política institucional da organização de referência, assim como a implicação com o governo de esquerda.

Um antecedente relevante desta proposta surge no artigo “Espacios de cuidado, una propuesta para equipos que trabajan con niñez” (REY, GRANESE, & RODRÍGUEZ, 2013). Tal artigo indaga o que os autores identificam como os três elementos que compõem a problemática das equipes de abordagem sobre as problemáticas da “infância vulnerável”, a saber: “a dimensão política da intervenção, as

relações interpessoais, organizacionais e interinstitucionais e, finalmente, as afetações produzidas pelos diferentes encontros dentro do âmbito laboral” (Rey et al., 2013, p. 94). Identifica-se como aspectos relevantes deste tipo de equipe o fato de:

(...) que compartilham alguns sentimentos: transbordamento, impotência, dificuldades para a elaboração do seu papel, sentimentos de solidão na tarefa, desvalorização da função e da pessoa; sendo significativo, por sua vez, nesses coletivos, o alto número de afastamentos por licenças médicas, sobretudo psiquiátricas. Por outro lado, as equipes a que nos referimos (dependendo do âmbito específico) compartilham uma tipificação da infância que denominam “psicossocial”, “psiquiátrica”, “problemática”, categorias altamente ambíguas, que denotam e conotam todo tipo de comportamento e atitude das crianças com que trabalham e que, consideremos, também compõem o sofrimento dessas equipes (2013, p. 94).

Os aspectos de ordem institucional aparecem também como importantes na produção dessas afetações:

a debilidade na estrutura, a confusão entre a tarefa e os atributos na hora de definir o papel a desempenhar, a contradição entre cultura e missão organizacional, e o sentido da prática do trabalho, a falta de espaços para refletir sobre a prática e a dificuldade para conter dispositivos novos (REY et al., 2013, p. 117).

Estes antecedentes abrem uma linha de pesquisa sobre a problematização das intervenções sociais, tomando como eixo de análise as afetações dos integrantes das equipes de abordagem a partir do encontro com as problemáticas. Coloca-se em análise a vinculação entre essas afetações, as ações possíveis na intervenção e a relação disto com as tecnologias de controle estatais sobre as populações definidas como beneficiárias. Analisa-se também a relação deste plano com os processos de naturalização destas práticas por parte dos técnicos das equipes que as implementam através de intervenções técnico-profissionais, e as tensões e conflitos entre atores emergentes destas tensões.

AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS COMO PRÁTICAS DE GOVERNO

As práticas psicológicas são designadas por Nikolas Rose como práticas de governo da alma (1990). Em vários de seus escritos realiza uma historicização da psicologia, na qual a define, em um primeiro momento, como uma tecnologia disciplinar que se inscreve diretamente sobre o corpo e, mais adiante, se pode ver como esta tecnologia disciplinar se converte em uma tecnologia de governamentalidade, ou seja, um conjunto de práticas destinadas à regular o meio

ambiente no qual se insere o indivíduo (ROSE, 2008, p.162). A psicologia pode ser vista como um conjunto de ações sobre ações, e já não mais sobre o corpo, como o foi em sua origem. Em seus primórdios, inclusive, a psicologia fez importantes contribuições à produção individual liberal como a conhecemos hoje:

A disciplina da psicologia adquiriu forma tratando de resolver o problema de com inventar essas novas técnicas de individualização. O primeiro aporte que a psicologia fez ao projeto de individualização foi o teste psicológico de inteligência. Esse tipo de teste constituía um meio para visualizar, disciplinar e inscrever uma diferença que não dependia da superfície do corpo como qualidade intermediária diagnóstica entre a conduta e a psiquê (ROSE, 1990, P.139)

Rose realiza uma história crítica do surgimento da psicologia e seu processo de disciplinarização. Defende que esse processo está intrinsecamente ligado à psicologização dos espaços e práticas diversas “de forma que a psicologia chegou a impregnar e, inclusive, dominar outras maneiras de formar, organizar, disseminar e implementar verdades sobre as pessoas” (ROSE, 1996, p.19).

(...) em diferentes momentos históricos e em relação com diferentes problemas e pessoas, as práticas éticas recorreram a aspectos do conhecimento psi, aos procedimentos técnicos e a pessoas com autoridade quando atuaram sobre os mecanismos de autocondução dos indivíduos. Dessa forma, a psicologia não seria vista em termos de crenças e significados culturais, mas ocuparia um lugar dentro de uma genealogia das ‘técnicas de subjetivação’, ou seja, das racionalidades práticas que os seres humanos se aplicaram a si mesmos e a outros em nome da autodisciplina, do autodomínio, da beleza, da graça, da virtude ou felicidade (ROSE, 1996, p. 6).

Desta perspectiva, a psicologia permite que os problemas preexistentes se tornam compreensíveis e calculáveis em termos psicológicos. Este processo modifica o estado original destes problemas. As práticas psicológicas transformam os espaços destes problemas “simplificando a gama de atividades que realizam as autoridades quando se ocupam da condução da conduta” (ROSE, 1996, p. 22).

Seguindo o pensamento de Rose, a psicologia é uma tecnologia que pode gerar consentimento e condições de aceitabilidade, sendo sua linguagem constitutiva de técnicas intelectuais que classificam, ordenam e segmentam, estabelecendo relações entre os elementos e tornando pensável a realidade. Forma parte da racionalidade prática, de “agenciamentos” como o sistema jurídico, a instrução das crianças, educação, etc.

Este autor afirma que a “persuasão” e a violência são modos pelos quais um ator consegue adquirir autoridade para falar ou atuar em nome de outro ator. Estas são

formas de pensamento que se expandem e se apresentam como soluções para problemas que os atores enfrentam. A persuasão, a negociação e o conflito foram as táticas de “tradução” utilizadas pela psicologia.

Nikolas Rose é considerado um dos sucessores da analítica da governamentalidade de Foucault, analítica desenvolvida em seus cursos do *Collège de France* nos anos 1978 e 1979, editados e publicados sob os títulos *Segurança, território e população* (2008) e *Nascimento da biopolítica* (2008). Isso implicou uma pausa no que vinha trabalhando; a reflexão sobre o Estado passou a ser uma reflexão sobre a racionalidade política que vigora (por meio de tecnologias de condução das condutas) a partir do século XVIII, com o surgimento do Estado Moderno. Foucault denominou esse processo de “governamentalização do Estado” e é a partir dele que define o Estado como um espaço instável onde se cruzam diferentes “tecnologias de governo” que operam nas ‘práticas de governo’.

Estes estudos sobre a governamentalidade desdobram novas perspectivas sobre as relações e condutas humanas, sobretudo no que se refere às práticas liberais e neoliberais de governo, que definem certos tipos de prática como “práticas de liberdade”. Nelas os indivíduos se experimentam como livres ainda que os objetivos de suas condutas não sejam próprios, mas condicionados pelo meio ambiente, o qual é regulado pelas técnicas de governo e entre as quais encontramos a psicologia.

Cabe destacar que Foucault conserva nestes estudos sua singular concepção do poder, descrito no primeiro volume de *História da Sexualidade, A vontade de saber* (1977). Poder descrito a partir de cinco características principais (FOUCAULT, 1977): 1) ser exercido em inumeráveis pontos por meio de relações não igualitárias; 2) compor qualquer outro tipo de relação; 3) negação da dialética dominadores-dominados, entendendo esta formação como um efeito ou resultante das constelações das relações de poder; 4) as relações de poder como intencionais e não subjetivas, ainda que esta relação não esteja determinada pela decisão de um sujeito individual. Para compreender melhor essa característica, se faz importante o curso de *Segurança, território e população*, onde Foucault define “Razão de Estado”, não considerando o Estado como transcendente às práticas, mas como efeito destas; 5) a resistência como inerente à relação de poder.

Com estas características se define o poder como conceito relativo, por isso quando falamos dele não falamos de alguém que o possui e o exerce sobre outro que

não o possui. Da mesma maneira, quando falamos de governamentalidade, não falamos do exercício do governo de alguns, sempre os mesmos, sobre outros, os mesmos também; mas de práticas de governo sobre si mesmo e sobre os outros, práticas que não são exercidas por um Estado sobre uma população, mas pela e sobre essa mesma população. O estado é um efeito dessas práticas, razão pela qual Foucault se nega sistematicamente à realizar uma teoria do Estado, mergulhando em uma análise da governamentalidade. Ou seja, se perguntando: como funcionam as práticas de governamentalidade?

Foucault distingue assim entre as relações de poder (ações reversíveis, ‘jogo de liberdades’) e os estados de dominação (que implicam um exercício da violência). Afirma as ‘práticas’ como dependentes do conjunto de relações históricas das quais emergem e, ao mesmo tempo, como relacionadas a um dispositivo que as articula e que funciona sobre regras que possuem uma racionalidade e uma gramática, um *a priori* histórico.

Dessa perspectiva, as ‘práticas’ possuem um funcionamento histórico que se inscreve em agenciamentos de poder. A racionalidade das práticas não é total, pois são formas particulares que se dão em contextos históricos específicos e heterogêneos, e constituem ‘tecnologias’, meios orientados a alcançar fins com uma dimensão estratégica e uma modalidade de operar na rede de poder.

Neste sentido, cabe agregar às dimensões propostas por Foucault em seus estudos anteriores (saber e poder), uma terceira dimensão: a subjetivação. A pergunta pelo governo de si e dos outros se transforma então no questionamento sobre como nos tornamos sujeitos, como construímos nossos critérios de verdade, como se constroem as práticas de liberdade sobre as quais falamos anteriormente.

O que quis mostrar é como o sujeito se constituía a si mesmo, de uma ou outra forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, por meio de um determinado número de práticas que eram jogos de verdade, práticas de poder, etc. Sem dúvida, era preciso rechaçar uma determinada teoria a priori do sujeito para poder efetuar essa análise das relações que podem existir entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder, etc. (FOUCAULT, 1999, p.403).

RESISTÊNCIA E LINHAS DE FUGA

Como afirma Félix Guattari: “qualquer problema, seja individual ou familiar, psicopatológico, caracterológico psicosssexual ou relacionado com delinquência, nos

remete sempre a ‘questões’ micropolíticas inseparáveis da problemática política em maior escala” (GUATTARI, 1978, p. 55). Desta perspectiva a micropolítica se apresenta como possibilidade de realização de uma análise molecular (analítica) “que nos faz passar das formações de poder em direção aos investimentos de desejo” (GUATTARI, 1986, p. 220). Isto permitiria escapar, por meio de uma analítica do “discurso enquanto prática”, dos estados de dominação que mantém no nível de sua instauração, retomando a ideia de Foucault de promover novas formas de subjetividades rechaçando as individualidades impostas historicamente.

Tomando os estudos de Foucault, Guattari sustenta que as lutas de transformação da subjetividade se caracterizam por serem transversais, opositoras às categorias de efeitos de poder, imediatas, afirmativas do direito à diferença, críticas aos privilégios do saber e implicam um rechaço às violências econômicas e ideológicas do Estado.

Em uma perspectiva próxima às posições expostas, Mauricio Lazzarato afirma que a criação e a invenção são modos atuais de fazer, implicam a multiplicidade de mundos existentes e novos modos de lutar. “Para o militante como para o experimentador... a necessidade de crítica destrutiva está a serviço da necessidade de criação inventiva” (LAZZARATO, 2010, p. 211).

Retomando as questões levantadas até agora, poderíamos afirmar que a criação inventiva nas abordagens expressa-se como possibilidade e como um recuo em relação à totalidade da política, do Programa e do Projeto de implementação. As condições de aceitabilidade, das quais fala Foucault, pareceram estar em movimento, ao menos em alguns casos dada a tensão, angústia e impotência que algumas das equipes estudadas anteriormente (MOLAS, 2012; REY et al, 2013) mostram em relação à tarefa.

Dessa perspectiva poderíamos formular como linha mestra do presente desenvolvimento o plano das afetações, as tensões expressadas pelas equipes de abordagem e sua conexão com as possíveis criações de novas formas de produções subjetivas, resistentes à reprodução dos modos de individualização histórica e passíveis de gerar micropolíticas, acontecimentos e invenções.

MAIS ALÉM DA RESISTÊNCIA; O ACONTECIMENTO

O interessante das práticas de liberdade, que em um primeiro momento parecem enganosas, Foucault enuncia, é que se pode “escapar” em direção a verdadeiras práticas de liberdade. As práticas de liberação são determinadas em referência a um estado de dominação. Foucault deixa a ideia de que liberar os grilhões da dominação bastaria para conectar-se com um “estado natural” do indivíduo, concebendo a possibilidade de um sujeito real por detrás de um outro alienado:

Não quer o dizer que a liberação ou que essa ou aquela forma de liberação não existam: quando um povo colonizado procura se liberar do seu colonizador, essa é certamente uma prática de liberação, no sentido estrito. Mas é sabido, nesse caso aliás preciso, que essa prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão em seguida necessárias para que esse povo, essa sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política. É por isso que insisto sobretudo nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez têm seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade (FOUCAULT, 1999, pp. 394-395)

Este é o ponto onde a prática de liberdade pode se ver como uma linha de fuga, capaz de produzir uma harmoniosa composição entre a dimensão dos encontros e a captura molar dos corpos.

Desta perspectiva, é possível desenvolver modos de subjetivação singulares nas, a partir, e apesar das práticas psicológicas? Partimos da ideia de pensar a política social como um dispositivo, uma articulação de elementos heterogêneos, que nos faz fazer ver e fazer falar (DELEUZE et al., 1999, p. 155). Incorpora linhas de visibilidade, que produzem o regime de visibilidade do mesmo, ou seja, o visível e o invisível, sendo o próprio dispositivo que o produz em seu próprio regime de luz; isto quer dizer que tal luz não recai sobre objetos preexistentes, mas que suas zonas de luz produzem uma estabilização, uma lentidão que tende a zero, que diagrama bordas e contornos plausíveis de serem vistos. As linhas de enunciação que marcam o pensável e o impensável do dispositivo, o que somos capazes de enunciar exclusivamente pelo dispositivo que nos atravessa, é uma linguística pragmática, uma produção imanente do regime de signos pelo qual podemos lidar com os existentes. As linhas de força, que abrem a dimensão do poder no dispositivo, é a diagramação do espaço no mesmo; por isto se diz que é topológica, é a distribuição do jogo de forças. Finalmente, encontram-se as linhas de subjetivação, estas linhas que marcam a produção subjetiva dentro do

dispositivo, as únicas capazes de produzir uma fuga, na medida em que são a instância ética do dispositivo; e estas linhas, embora se correspondam com as três anteriores, com as linhas do saber e do poder, são irreduzíveis a ambas, e a subjetivação pode acontecer, fugindo do dispositivo para produzir novos agenciamentos.

Deleuze e Guattari (2006) nos dão a pista sobre como acontece esta fuga, e que Lazzarato (2010) visualiza como condição de possibilidade para a produção do novo: o agenciamento. Este apresenta uma face voltada para o que eles chamam de estratos, ou plano de composição, e outra face voltada para o Corpo sem Órgão, ou plano de consistência (MENGUE, 2008). Evita-se o dualismo a partir da sua proposta de funcionamento rizomático (DELEUZE & GUATTARI, 2006) desta grande maquinaria teórica, onde tanto os estratos como o Corpo sem Orgãos são inerentes aos processos de desterritorialização e reterritorialização.

O movimento em direção a uma ou outra face será marcado pela máquina abstrata (conceito que marca a forma de conectar o agenciamento). O agenciamento está composto por linhas em um movimento infinito. Basicamente, três linhas: as linhas duras ou molares, as flexíveis ou moleculares e as linhas de fuga (MENGUE, 2008). Isto não é uma reedição das linhas do dispositivo, mas o fato de que, justamente, serão as linhas duras ou molares as que produzirão os dispositivos, ou seja, a estabilização do movimento, a firmeza do heterogêneo, estruturarão as linhas de saber e poder do dispositivo. Do seu lado, entre os recortes duros que produzem linhas duras, as moleculares produzirão devires, romperão os dualismos para produzir coisas novas. Finalmente, as linhas de fuga são aquelas que coincidem com as do dispositivo, podendo fugir do mesmo pela produção de uma desterritorialização profunda para um plano de consistência. Apenas a partir daí poderão gerar novas maneiras de agenciar e, por conseguinte, produzir um novo dispositivo.

O agenciamento (DELEUZE & GUATTARI, 2006) é a conexão dos elementos distintos que compartilham um espaço-tempo; a distribuição dos mesmos é dada pela parte “dura” do dispositivo. Quando este é “transbordado” por um acontecimento, as pessoas implicadas buscam as respostas no próprio dispositivo, o qual já foi “transbordado”, o que as deixa em um estado de impotência para dar uma resposta adequada à situação. Se pensamos em equipes técnicas de diversas políticas sociais, estamos falando do cuidado dos seus integrantes, da sua saúde, e da efetividade da intervenção que realizam.

Perguntamo-nos o que fazem, o que podem, como podem tais equipes fazer algo com o que acontece, com o aquilo que sentem e que os transborda. Não buscamos um sofrimento, mas uma ação como elemento de saúde, como elemento de cuidado. Poder fazer algo com o que acontece: potência de ação, diria Espinoza (DELEUZE, 2008).

Por que falamos do acontecimento e não simplesmente do transbordamento? Pois bem, isto se relaciona com a referida noção de dispositivo. Dizíamos há pouco que o dispositivo não “falha”, produz (incluindo o que transborda) aquilo que não deveria ocorrer, a própria luz e capacidade de enunciação do transbordamento. Cremos que esta visão de uma aparente perfeição do dispositivo, o qual estaria falhando, protege o dispositivo e o naturaliza. Desta forma, quando a situação é intolerável e o corpo começa a reclamar através desse grande “saco de gatos sintomático” que o *burn out*, produz-se o acoplamento com a medicalização e a psiquiatrização, terminando sem modificar-se nenhum elemento da organização onde se produz o acontecimento. Desta forma, o que se naturaliza também é a doença: em tal tipo de trabalho é inerente “ferir-se” em algum momento.

Podemos nos perguntar: O que então tentamos descrever? Algo que assim que descrevemos desaparece e é irrepetível, já que o que se repete é sempre a diferença? “O relâmpago, por exemplo, se distingue do céu negro, mas deve arrastá-lo consigo, como se ele se distinguisse do que não se distingue. Dir-se-ia que o fundo sobe à superfície sem deixar de ser fundo. Há algo de cruel, e mesmo de monstruoso, de uma ou outra parte, nessa luta contra um adversário inapreensível, onde o distinguido se opõe a algo que não pode distinguir-se dele. A diferença é esse estado da determinação como distinção unilateral” (DELEUZE, 2009a, p. 61). E isto não é uma descrição, é uma vivência. Levando em conta que é a partir daí que surgem, para Foucault, Deleuze, Guattari, Lazzarato e outros, as práticas de liberdade, nem sequer uma opção ao liberalismo, senão diretamente a linha de fuga às práticas de governamentalidade.

A noção de acontecimento torna-se um elemento político importante, pois a mesma permite compreender que o dispositivo transborda a todo instante, incessantemente, e que quando o sentimos como intolerável, abre-se o campo para a produção de novas formas de fazer, de encontrar-nos.

Em seu livro *A dobra*, Deleuze (1989) desenvolverá, a partir das ideias leibnizianas, todo um cosmos conceitual que, tomando como referência o movimento

barroco, produz um universo dentro do qual uma das noções principais é a de acontecimento. Em poucas páginas descreverá o acontecimento com um grande nível de detalhe, que vai desde uma posição ontológica do mesmo até os elementos fisiológicos colocados em jogo para percebê-lo. Assim, nos dirá:

O acontecimento produz-se em um caos, em uma multiplicidade caótica, com a condição de que intervenha uma espécie de crivo. (...) O caos não existe, é uma abstração, porque é inseparável de um crivo que dele faz sair alguma coisa (algo em vez de nada). O caos seria o puro *Many*, pura diversidade disjuntiva, ao passo que o alguma coisa é o *One*, não já uma unidade mas sobretudo o artigo indefinido que designa uma singularidade qualquer. (DELEUZE, 1989, p. 101).

Tudo, absolutamente tudo, é acontecimento; o acontecimento é a conjunção de possíveis para a percepção. Tal conjunção de elementos culmina em ser *One* quando são possíveis para a nossa percepção; tudo o que é produzido pelo *Crivo*, ou para os fins dessa referência teórica, pelo dispositivo onde se dá a percepção

De acordo com uma aproximação cosmológica, o caos seria o conjunto dos possíveis, isto é, todas as essências individuais, visto que cada uma tende à existência por sua conta; mas o crivo só deixa passar possíveis e a melhor combinação de possíveis. [...] De um ponto de vista psíquico, o caos seria um universal aturdimento, o conjunto de todas as percepções possíveis como outros tantos infinitesimais ou infinitamente pequenos; mas o crivo extrairia dele diferenciais capazes de se integrarem em percepções reguladas (DELEUZE, 1989, p. 102).

Nada não-deveria-se-passar no dispositivo, tudo acontece. O que define esse não-deveria-se-passar, esse transbordamento, é o próprio dispositivo, a partir de um crivo que responde a elementos transcendentais; transcendência que pode estar construída a partir da dobra imediata do acontecimento com uma imagem particular de infância, de família, de organização escolar, de sociedade, de mulher, de homem, etc. Dobra sobre dobra, a vulnerabilidade opera como explicação possível, outra transcendência que se dobra, o objetivo da educação, outra dobra. A partir de diversas dobras, produz-se um mal-encontro vivido como transbordamento.

Digamos que o transcendente define um “universo bloco”; o encontro, entretanto, produz-se em um “universo mosaico” (LAZZARATO, 2010).

No lugar de ter um ‘Universo-bloco’, com seus termos e suas relações implicadas uns com os outros, e todos em relação com a totalidade, temos um ‘Universo-mosaico’, um Universo-patchwork, um Universo-arquipélago, ou seja, um ‘universo não completamente sistematizado’, um mundo ‘parcialmente alógico ou irracional’, onde há uma multiplicidade possível e contingente de junções e disjunções, de unificações e separações. [...]. Um universo onde a composição deve seguir a cartografia das singularidades, dos pequenos mundos, dos diferentes graus de unidade que o animam (LAZZARATO, 2010, p. 36).

E mais adiante, acrescenta:

O acontecimento mostra o que uma época tem de intolerável, mas também faz emergir novas possibilidades de vida. Esta nova distribuição dos possíveis e dos desejos abre, por sua vez, para um processo de experimentação e de criação. Há que experimentar o que implica a mutação da subjetividade e criar os agenciamentos, dispositivos e instituições que sejam capazes de desdobrar estas novas possibilidades de vida [...].(LAZZARATO, 2010, p. 44).

Esta “cartografia de singularidades” e esses “diferentes graus de unidade” é o que estamos tentando ver como são produzidos e o que produzem. Este como e este que, essas criações a partir “desta nova distribuição dos mundos possíveis” é o que Lazzarato (ibid) chamará de práticas inventivas.

A transcendência é perder a oportunidade de trabalhar com o acontecimento, de criar a partir dele. Lazzarato desenvolve sua noção de acontecimento seguindo, através do rastro deleuziano, a concepção de Leibniz, ou seja, a reelaboração que Deleuze realiza deste pensador. Assim, distinguirá na dobra dois andares: o da alma, onde se produzem os agenciamentos coletivos de enunciação, e o do corpo, onde se produzem agenciamentos maquínicos:

O acontecimento se expressa nas almas, no sentido de que produz uma mudança na sensibilidade (transformação incorpórea) que cria uma nova avaliação: mudou a distribuição dos desejo, [...] Ao falar, ao comunicar, se concede uma certa realidade ao mundo possível. Porém, se tem que consumir essa realidade a partir de então, efetua-la, difundindo e estruturando novos agenciamentos corporais na sociedade. E efetivamente se trata de outra invenção, de um novo processo imprevisível e arriscado (LAZZARATO, 2010, p. 51).

Há então a invenção. A possibilidade de produzir novos agenciamentos coletivos de enunciação e novos agenciamentos maquínicos, de criar algo novo a partir da imanência do encontro.

ENTRE O ACONTECIMENTO E O AGENCIAMENTO: A VIVÊNCIA.

Como se produz conhecimento acerca de um acontecimento? Em primeiro lugar, o acontecimento não pode ser capturado, representado, estratificado. O acontecimento é aquilo que se produz entre dois movimentos, é a vivência do deslocamento. “Quando tomo cortes imóveis sobre os movimentos, é sempre para trazê-los de volta a uma homogeneidade uniforme de tempo abstrato, graças à qual, precisamente, uniformizo todos os movimentos e já não compreendo nada do movimento ele mesmo”

(DELEUZE, 2009b, p. 25). Desta maneira, não se pode trabalhar esta dimensão sem ter uma vivência do acontecimento, e não com uma simples observação do mesmo.

Qualquer descrição de uma observação não deixa de ser interpretação e toda interpretação é representação. Toda representação é representação de estados, já que não há meios de se representar um movimento, e menos ainda um acontecimento, apenas vivenciá-lo. E isso não é pouco.

Esta representação de estados produz um tipo de conhecimento, o conhecimento científico-representativo, aquele que busca fundamentar uma verdade transcendente para qualquer encontro, tal como o enuncia Deleuze no oitavo postulado da imagem representativa do conhecimento:

Há neste princípio uma subordinação da aprendizagem ao saber. Aprende-se apenas para saber. O aprender é um intermediário necessário, mas nesta imagem deve ser transcendido pelo saber. Assim, o que se torna importante aqui é o método racional, como a única forma válida de alcançar este saber (DELEUZE, 2009a, p. 2510).

Os acontecimentos se inscrevem em linhas moventes em um plano de composição. Em um plano de composição, trata-se de acompanhar as conexões variáveis, as relações de velocidade e lentidão, a matéria anônima e impalpável, dissolvendo formas e pessoas, estratos e sujeitos, liberando movimentos, extraindo partículas e afetos. (...) O que se inscreve em um plano de composição são os acontecimentos, as transformações incorporais, as essências nômades, as variações intensivas, os devires, os espaços lisos. (...) Ao explicar esse plano, Deleuze insiste em um paradoxo: ele já está plenamente dado, e entretanto deve ser construído para que se viva de uma maneira espinozista (PELBART, 2003, p. 30).

Se aquilo que se pretende é produzir conhecimento sobre os acontecimentos, o que devemos ter claro é que falamos de um conhecimento processual não-cumulativo. Neste tipo de pesquisa, o sujeito e o objeto se dissolvem em um encontro, não havendo modos de conservar uma posição de exterioridade em relação ao que se deseja pesquisar. Longe de ser um obstáculo, esta dissolução é a condição necessária para aceder aos acontecimentos; nas palavras de Deleuze, “estar a altura do que nos acontece” (DELEUZE, 2009a, p. 158).

Por outro lado, Deleuze e Guattari, no capítulo “Sobre Alguns Regimes de Signos”, do *Mil Platôs* (2006, pp. 117-150), realizam uma extensa descrição de uma variedade de semióticas colocadas em jogo em um encontro, tomando o encontro no sentido espinozista do termo. Esta descrição, além de se aprofundar sobre algumas semióticas em particular, descreve as dinâmicas e transformações que sofrem as várias semióticas no encontro. A partir daí, surge uma proposta que nasce de uma concepção

bastante chamativa de linguística, descrita nos “Postulados da Linguística”, e que faz referência à língua como o que se coloca em uso, ou seja, borra a diferença entre língua e fala, tal como propõe Saussure. Donde o fato de que toda a linguística seja pragmática, posto que não há língua sem uso da língua. Assim, podemos conceber tantos tipos de comunicação quantos encontros tenham no mundo. Portanto, as semióticas em jogo em um encontro são sempre diferentes, ainda que se possa prever algumas semióticas em particular, como a significante, a passional, etc.

Deleuze e Guattari não realizam uma teoria das semióticas, mas uma analítica da pragmática, entendendo algumas semióticas como efeitos cristalizados do mesmo encontro. Pensamento semelhante ao de Foucault, quando este se negava a fazer uma teoria do Estado. Neste sentido, descrevem alguns componentes da pragmática, batizada por eles de esquizoanálise, conectados em um regime circular em relação a cada componente, e rizomático em relação ao mesmo encontro. Segundo a proposta, sempre se dá nos encontros a produção de novas semióticas, acontecimentos, nas palavras de Lazzarato. Momento em que se produz uma linha de fuga, que se configura em uma máquina abstrata, que pode ou não agenciar-se em um novo dispositivo, pronto para dissolver-se na imanência do encontro. Isto é o que, em poucas palavras, se pode definir como práticas de liberdade. Espontâneas, instantâneas e degradáveis, as mesmas práticas não tem um tempo definido de duração e sua descrição talvez não seja mais útil do que um raio em uma noite de tempestade. Entretanto, a lógica de dispositivação que se produz nesse encontro e que essa lógica redunde em outros modos de ser e estar, isso sim é uma descrição que consideramos poder ser importante para as distintas práticas psicológicas.

De forma muito resumida, os componentes descritos por Deleuze e Guattari sobre a pragmática são os seguintes (DELEUZE & GUATTARI, 2006, p. 148):

Generativo: aproximamo-nos da natureza mista das semióticas colocadas em jogo nos encontros, do estudo concreto destas semióticas mistas, de seus estados e, sobretudo, de suas variações.

Transformacional: estuda-se as transformações de umas semióticas em outras. Dentro disso, pode acontecer o que se denomina de transemióticas (novas semióticas). Uma transformação onde as semióticas desaparecem no plano de consistência, produzindo-se uma desterritorialização absoluta e positiva, que se denomina Diagramática (terceiro componente).

Diagramática: A produção da máquina abstrata, agenciamentos onde o conteúdo não se diferencia da expressão. Extraem-se das semióticas signos-partículas não formalizados. A decomposição da consciência em Leibniz. Exemplo da onda e as gotas d'água. Aqui, podemos apenas encontrar graus de intensidade, velocidade, estiramento, condutibilidade (propriedades intensivas).

Maquínica: ou axiomática. É a captura e destruição da máquina abstrata. A efetuação da máquina abstrata em agenciamentos concretos onde se distinguem expressão de conteúdo (Movimento de dispositivação).

Como podemos ver neste resumo, não apenas se trata de uma proposta de funcionamento baseada em um plano de consistência da diferença e da imanência, mas se visualiza para além disto uma proposta metodológica em relação a como trabalhar as semióticas produzidas nos encontros, e é por isso que a chamam de esquizoanálise, como como uma forma específica de analítica imanente ao encontro.

Então... o que se pode fazer a partir desta proposta clínica? Propiciar um novo plano de consistência. Criar condições para que o pensamento, forçado a pensar pelos acontecimentos necessários e inevitáveis, possa formar o que Espinoza definiu como ideias adequadas aos encontros. A perspectiva sobre o que sucede, sem leis transcendentais e totalizadoras, mas a respeito dos movimentos de dispositivação pertinentes ao mesmo acontecimento. A produção de dispositivos flexíveis, imanentes, móveis, que atuem sobre os estratos mais rígidos, sobre os que nos assentamos, para além de nossas próprias afetações.

NUNCA FOMOS NEM SEREMOS CAPTURADOS

Que a chegada da esquerda ao governo não era condição suficiente para que se produzisse uma afirmação da liberdade das diferentes configurações modais que convivem dentro do espaço-tempo que chamamos sociedade foi anunciado há muitos anos, pelo menos por Deleuze, Guattari e Foucault. Por vários motivos. No caso de Foucault, porque a *razão do Estado* transcende partidos, governos, estilos presidenciais, etc. A razão do Estado é uma lógica de governo de si e dos outros, que [por conta disso] se tentará preservar a todo custo. Desta maneira, entende-se que um golpe de Estado seja legítimo em determinado governo, mas coerente com a razão de Estado, já que o que se tenta preservar é um modo, não uma forma, e muito menos um conteúdo.

Quando falamos de Deleuze e Guattari, podemos dizer a mesma coisa de um outro lugar. A imagem de pensamento através da qual nos movemos é produzida com determinadas características próprias do que Guattari chamou de *Capitalismo Mundial Integrado* (CMI). Se há tal radicalidade neste tipo de capitalismo, esta se encontra na desterritorialização absoluta, tão absoluta que já não falamos de espaços geográficos, mas de espaços temporais: o pensamento. O pensamento é a conquista mais apreciada do CMI e não há lógica possível que escape dele e de sua hegemonia significativa representativa. Apenas neste nível um sistema resulta axiomático. Onde a superestrutura e a infraestrutura se achatam e emaranham sobre a superfície do atual-real, indiferenciados e movidos por um conjunto de axiomáticas, as quais não podem pensar, pois se alojam ali, no centro da dobra do pensamento.

Entretanto, temos duas coisas importantes a dizer. Primeira: a resistência é possível. Ainda que seja sob a mesma lógica daquilo a que se resiste, ela é possível e necessária. Por que? Porque diversifica, multiplica os discursos e as ações possíveis. Enriquece o mundo com novas possibilidades de vida. Certo, novos *clichés*, mas não subestimemos o valor do *cliché*. Não é a mesma coisa um *cliché* sofrido e um *cliché* conquistado em uma luta pelo que consideramos de direito, e que produz outros modos de vida. E com isto chegamos à segunda coisa que gostaríamos de dizer: os clichés são ações, práticas, que atuam em conjunto formando diferentes figuras ou configurações que habilitam certas fissuras por onde o acontecimento acontece e nos grita para que estejamos à sua altura. Em última análise, cada sistema, cada estrutura molar, gera suas próprias fissuras por onde a liberdade emerge, sem opor-se à estrutura, mas mais além dela. A diferentes modos sistemáticos correspondem diferentes modos “fissurais”, que habilitam outros agenciamentos possíveis.

Em última análise, à pergunta “fomos capturados?”, talvez possamos respondê-la com um “nunca fomos nem seremos capturados”. Liberdade é um conceito que está mais além da possibilidade de estar livre de algo em particular. É o espaço entre materialidades concretas. É a fenda na parede, mas também o ar entre os grãos de areia e cimento deste mesmo muro. É a possibilidade de gritar, mas também é a respiração da pele, é o mínimo contato possível entre dois corpos. É um balde de água fria em um dia de calor, mas também é a gota de água deslizando da língua para o nosso estômago. Ela se expressa, sempre. Mas apenas no minoritário se a compreende como algo em si mesmo, capaz de produzir mundos com outras lógicas e outros modos. Mundos fugazes

e belos, mas dos quais há um “como” corporal, que se aprende e sobre isso nada nunca mais será o mesmo.

Sobre o artigo

Recebido: 15/03/2017

Aceito: 13/07/2017

REFERÊNCIAS

- DANSILIO, F., & DUARTE, M. (2007). Redes políticas informales en la izquierda uruguaya del siglo XXI. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 32(63), 185-212.
- DELEUZE, G. (1989). **El Pliegue: Leibniz y el Barroco**. Editorial Paidós.
- DELEUZE, G. (2006). **En medio de Spinoza**. Cactus.
- DELEUZE, G. (2009a). **Diferencia y repetición**. Buenos Aires, Argentina.: Amorrortu.
- DELEUZE, G. (2009b). **Cine 1 : Bergson y las imágenes**. Buenos Aires: Cactus.
- DELEUZE, G., DREYFUS, H. L., FRANK, M., GLUCKSMANN, A., MILLER, J. A., & RORTY, R. (1999). **Michel Foucault, filósofo**. España: Gedisa.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. (2005). **Qué es la filosofía**. Madrid: Editora Nacional.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. (2006). **Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia**. Valencia: Pre-Textos.
- FOUCAULT, M. (1999). **Obras esenciales. 3, Estética, ética y hermenéutica**. Barcelona [etc.]: Paidós.
- FOUCAULT, M. (2005). **Historia de la sexualidad. 1, La voluntad de saber**. [Madrid etc.]: Siglo XXI.
- FOUCAULT, M. (2006). **Seguridad, territorio, población : curso en el Collège de France (1977-1978)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, M. (2007). **Nacimiento de la biopolítica : curso en el Collège de France (1978-1979)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- GUATTARI, F. (1986). **Les anneés d’hiver, 1980-1985**. [Paris]: Barrault.
- GUATTARI, F. (1989). **Cartografías esquizoanalíticas**. Buenos Aires: Manantial.
- GUATTARI, F. (1978). **Revolución molecular y lucha de clases**. Presentado en Cuarto Encuentro Internacional de Alternativas a la Psiquiatría, Cuernavaca.
- LANZARO, J. (2010). Uruguay: un gobierno social democrático en América Latina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 19(1), 45-68.
- LAZZARATO, M. (2010). **Políticas del Acontecimiento** (1ra ed.). Buenos Aires: Tinta y Limón.
- MENGUE, P. (2008). **Deleuze o el sistema de lo múltiple**. Buenos Aires: Las cuarenta.
- MIDAGLIA, C. (2007). La izquierda en el gobierno, ¿cambio o continuidad en las políticas de bienestar social? *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 16(1), 131-157.

MOLAS, A. (2012). **La bajada de la Política. Derechos humanos de adolescentes víctimas de la violencia** (Políticas Sociales y Derechos de la Infancia). Universidad de la República, Montevideo.

PELBART, P. P. (2003). **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras.

REY, J., GRANESE, A., & RODRÍGUEZ, P. (2013). Espacios de Cuidado: Una propuesta para equipos que trabajan con niñez. **Psicología, Conocimiento y Sociedad** , 3(1), 93-119.

ROSE, N. (2008). Psicología como uma ciência social. **Psicol. Soc. Psicologia & Sociedade**, 20(2), 155-164.

ROSE, N. S. (1990). **Governing the soul : the shaping of the private self**. London; New York: Routledge.

ROSE, N. S. (1996). **Inventing our selves: psychology, power, and personhood**. Cambridge, England; New York: Cambridge University Press.

SERRES, M. (1994). **El nacimiento de la física en el texto de Lucrecio : caudales y turbulencias**. Valencia: Pre-Textos.

SIMONDON, G. (2013). **Imaginación y invención**. Buenos Aires: Cactus